



## Orientação Técnica

**Investimento RE-C1-i03: Conclusão da Reforma de Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências:**

**N.º 02/C01-i03/2021**

**Criar Equipas Comunitárias de Saúde Mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência.**

**Aquisição de viaturas elétricas**



25 de março de 2022

## Índice

Definições e Acrónimos.....	3
Sumário Executivo .....	4
1- Enquadramento Legal.....	5
2- Beneficiários Finais .....	8
3- Operações a financiar.....	8
4- Despesas elegíveis e não elegíveis.....	10
5- Condições de atribuição do financiamento .....	12
6- Condições de operacionalização do investimento .....	12
7- Contratualização do apoio com o Beneficiário Final .....	13
8- Metodologia de pagamento do apoio financeiro do Beneficiário Intermediário ao Beneficiário Final .....	13
9- Reduções e revogações .....	15
10- Obrigações dos Beneficiários Finais.....	16
11- Dotação do investimento .....	18
12- Pontos de contacto para informações e esclarecimentos .....	19

## Definições e Acrónimos

Sigla	Descrição
BI	Beneficiário Intermediário, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021.
BF	Beneficiário Final, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021.
CCP	Códigos dos Contratos Públicos
ECSM	Equipa comunitária de saúde mental
ECSM-IA	Equipa comunitária de saúde mental para a infância e adolescência
ECSM-PA	Equipa comunitária de saúde mental para a população adulta
EMRP ou Recuperar Portugal	Estrutura de missão Recuperar Portugal, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021.
OT	Orientação Técnica, estabelecida pela ACSS, tendo em vista assegurar a execução mais eficaz e eficiente dos Investimentos - artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021.
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PNSM	Plano Nacional de Saúde Mental
SLSM	Serviços Locais de Saúde Mental
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UE	União Europeia

## Sumário Executivo

A presente Orientação Técnica (OT) insere-se no âmbito da Reforma da Saúde Mental cuja concretização se pretende implementada através do Investimento RE-C01-i03 – Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências, mais precisamente na submedida i3.04: Criar equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência, enquadrados na Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), negociado entre o Estado Português e a Comissão Europeia e aprovado em 16 de junho de 2021.

Neste contexto, e considerando que:

- Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS, I.P.) constitui-se como «*Beneficiário Intermediário*», sendo uma das entidades públicas globalmente responsáveis pela implementação física e financeira de diversas reformas e de investimentos inscritos na Componente 1 do PRR;
- Foi assinado o contrato de financiamento entre a ACSS, I.P. e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) no dia 24 de agosto de 2021, no qual se prevê a concessão do apoio financeiro destinado a financiar a realização da reforma com o código RE-r02 designada por “Reforma da Saúde Mental” e do Investimento com o código RE-C01-i03 designado por “Conclusão da Reforma de Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências”;

a ACSS, I.P. procede ao lançamento da presente OT, nos termos do n.º 3 da Cláusula 2.ª do Contrato de Financiamento assinado entre a EMRP e a ACSS, a fim de dar integral cumprimento do princípio da transparência e prestação de contas, que determina a aplicação à gestão dos fundos europeus das boas práticas de informação pública dos apoios a conceder e concedidos de avaliação dos resultados obtidos.

Assim, determina-se o seguinte:

## 1- Enquadramento Legal

No âmbito do *Next Generation EU*, instrumento extraordinário e temporário de recuperação elaborado pelo Conselho Europeu para mitigação dos graves impactos da pandemia nas economias europeias, foi criado o Mecanismo de Recuperação e Resiliência no Regulamento (UE) 2021/241, de 12 de fevereiro, que enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A Componente 1 do PRR pretende reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para responder às mudanças demográficas e epidemiológicas do país, à inovação terapêutica e tecnológica, à tendência de custos crescentes em saúde e às expectativas de uma sociedade mais informada e exigente.

O Plano Nacional de Saúde Mental (PNSM), tem como objetivos:

- Assegurar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade;
- Promover e proteger os direitos dos doentes;
- Reduzir o impacto das perturbações mentais e contribuir para a promoção da saúde mental das populações;
- Promover a descentralização dos serviços de saúde mental, de modo a permitir um melhor acesso e a participação das comunidades, utentes e famílias;
- Promover a integração dos cuidados de saúde mental, no sistema geral de saúde, quer a nível dos cuidados de saúde primários, como a nível dos cuidados hospitalares ou cuidados continuados, de modo a diminuir a institucionalização dos doentes.

As áreas de atuação estratégica seguem algumas linhas de intervenção de que se destacam: organização dos serviços de saúde mental, a composição e funcionamento dos serviços, a gestão, financiamento e modelos de remuneração, bem como a articulação intersectorial.

Estas áreas partem da premissa de que os serviços de saúde mental, a nível local devem ser baseados na comunidade, ter uma coordenação comum, incluir internamento em hospital geral, dispositivos e programas de saúde mental comunitária, e articular-se com os cuidados primários de saúde, serviços de apoio social e outros agentes da comunidade.

Como suporte desta reforma, será implementado um Investimento para a Conclusão da Reforma de Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências, com o objetivo de

contribuir para enfrentar os desafios com que o País se confronta no setor da Saúde, agudizados pelo impacto da pandemia COVID-19, e que exigem um SNS cada vez mais robusto, resiliente e eficaz na resposta às necessidades em saúde da população e na saúde mental em particular.

O Investimento RE-CO1-i03 Conclusão da Reforma de Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências prevê, entre outras, a seguinte submedida:

- Meta i3.04 – Criar equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência;

De acordo com o Plano Nacional de Saúde Mental, estas equipas constituem os pilares fundamentais e estruturantes dos Serviços Locais de Saúde Mental (SLSM), no âmbito dos cuidados secundários e em articulação estreita com as restantes unidades do serviço, com os Cuidados de Saúde Primários e com a comunidade.

O seu funcionamento baseia-se em modelos de saúde pública, através do entendimento do contexto, da estrutura e do meio onde as pessoas adoecem e vivem e, sempre que possível, atendendo aos fatores sociais que contribuem para a causa e manutenção da doença psiquiátrica, com particular atenção a faixas da população com maior risco biopsicosocial. Estas equipas devem seguir um modelo integrado e sistémico na abordagem das pessoas com doença mental, assegurando que o tratamento decorre na comunidade, em articulação com outros profissionais de saúde e outros níveis de cuidados e estruturas locais, contribuindo para a redução do estigma e da discriminação, frequentemente associados à doença mental.

Este modelo funcional encontra-se consagrado há décadas nos países europeus, e preconizado nos documentos internacionais orientadores assinados oficialmente (por exemplo: Declaração de Helsínquia), e nas recomendações da Organização Mundial da Saúde e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. A criação e a capacitação de equipas comunitárias contribuirão para uma melhor acessibilidade a cuidados especializados de saúde mental. A distância entre a residência dos utentes e o local de prestação de cuidados é um obstáculo ao acesso, a que se associam as dificuldades decorrentes do estigma da doença mental. Da mesma forma, a criação de novas equipas comunitárias contribuirá para uma articulação mais robusta com os cuidados de saúde primários, onde se encontram a maior das pessoas com perturbações mentais comuns (depressão e ansiedade). Existe, ainda, um obstáculo à criação destas equipas

pelo facto de a sua atividade ser de natureza extra-hospitalar e criando necessidades específicas de locais de trabalho (fora do hospital) e meios de locomoção próprios.

Esta submedida possui sete objetivos específicos:

- a) Garantir a proximidade e continuidade de cuidados;
- b) Promover a reabilitação e reintegração das pessoas com doenças psiquiátrica, principalmente as mais graves;
- c) Desenvolver estratégias de promoção e prevenção de Saúde Mental;
- d) Articular com os Cuidados de Saúde Primários, autarquias e outros *stakeholders* da comunidade;
- e) Diminuir o estigma e melhorar o acesso;
- f) Diminuir os custos decorrentes de internamentos evitáveis;
- g) Assegurar o acompanhamento clínico dos doentes integrados na RNCCISM.

Na sua totalidade, o investimento referido, prevê dotar 40 equipas comunitárias de saúde mental de recursos necessários ao seu funcionamento. Neste sentido, o PRR garante o financiamento para um total de 20 equipas a criar (10 de adultos e 10 de infância e adolescência), e uma viatura elétrica por equipa. Consideraram-se 40 viaturas elétricas de forma a dotar as novas equipas e as já existentes.

A presente Orientação Técnica destina-se, exclusivamente, às 10 (dez) equipas comunitárias de saúde mental criadas pelo Despacho n.º 2753/2020, de 28 de fevereiro, exarado pela Senhora Ministra da Saúde. O restante investimento será oportunamente objeto de novas Orientações Técnicas.

Refira-se que o investimento em causa se encontra em linha com o recentemente aprovado [Decreto-Lei n.º 113/2021, de 14 de dezembro](#), que estabelece os princípios gerais e as regras da organização e funcionamento dos serviços de saúde mental, que prevê as equipas comunitárias de saúde mental como um dos instrumentos de intervenção na prestação destes cuidados, em estreita articulação com os utentes e respetivas famílias e com os elementos significativos da comunidade.

## 2- Beneficiários Finais

No âmbito desta OT, constituem-se como Beneficiários Finais:

- Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.,
- Centro Hospitalar Médio Tejo, E. P. E.,
- Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E. P. E.,
- Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E. P. E.,
- Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E. P. E.,
- Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E.,
- Hospital Distrital de Santarém, E. P. E.,
- Hospital Espírito Santo de Évora, E. P. E.,
- Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E..

## 3- Operações a financiar

As equipas comunitárias de saúde mental para a população adulta (ECSM-PA) e as equipas comunitárias de saúde mental para a infância e adolescência (ECSM-IA) são criadas no Serviço Local de Saúde Mental, sendo responsáveis pela prestação dos cuidados globais de saúde mental, a nível ambulatorio, no caso das ECSM-PA, numa área geodemográfica até 100.000 habitantes, e no caso das ECSM-IA, até 200.000 habitantes.

As ECSM-PA e ECSM-IA promovem a reabilitação e reintegração das pessoas, desenvolvem estratégias de promoção da saúde mental e prevenção da doença e dinamizam e participam, em articulação com outras entidades da comunidade, no desenvolvimento de programas de promoção da saúde e prevenção e tratamento da doença.

As equipas referenciadas na presente OT têm, de acordo com o despacho supracitado, as seguintes tipologia e distribuição pelas diferentes Administrações Regionais de Saúde:

- a) Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.:
  - I. ECSM-IA: Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E. P. E.;
  - II. ECSM-PA: Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.;



- b) Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.:
  - I. ECSM-IA: Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E. P. E.;
  - II. ECSM-PA: Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E. P. E.;
  
- c) Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.:
  - I. ECSM-IA: Hospital Distrital de Santarém, E. P. E.;
  - II. ECSM-PA: Centro Hospitalar Médio Tejo, E. P. E.;
  
- d) Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.:
  - I. ECSM-IA: Hospital Espírito Santo de Évora, E. P. E.;
  - II. ECSM-PA: Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E.;
  
- e) Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.:
  - I. ECSM-IA: Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E.;
  - II. ECSM-PA: Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E..

As ECSM-PA e ECSM-IA funcionam em instalações localizadas na sua área de intervenção, preferencialmente em estruturas da comunidade, com condições para a atividade da equipa multiprofissional.

As ECSM-PA e ECSM-IA asseguram um conjunto de serviços e intervenções, designadamente:

- a) Consulta externa desenvolvida pelos vários profissionais;
- b) Psicoterapias e acompanhamento psicológico individual;
- c) Terapias e intervenções de grupo;
- d) Visita domiciliária;
- e) Articulação com outras estruturas comunitárias com o objetivo de promover a saúde mental na vertente da promoção da saúde, prevenção da doença, intervenção terapêutica e reabilitação;
- f) Articulação com os Cuidados de Saúde Primários;
- g) Intervenção social;

- h) Intervenções comunitárias centradas no utente;
- i) Intervenções estruturadas, nomeadamente intervenções psicoeducativas, intervenção neuropsicológica, terapias de mediação corporal, terapia ocupacional.

Para assegurar os serviços referidos no número anterior, as equipas têm composição multidisciplinar.

#### **4- Despesas elegíveis e não elegíveis**

Dando cumprimento ao disposto no artigo 17.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, são elegíveis as despesas associadas aos procedimentos de contratação pública iniciados após 1 de fevereiro de 2020.

São elegíveis todas as despesas que se destinem, exclusivamente, à concretização dos projetos e que se rejam pelos princípios da boa administração, da boa gestão financeira e da otimização dos recursos disponíveis.

Só podem ser consideradas elegíveis as despesas efetivamente pagas pelo Beneficiário Final e validadas pela ACSS, I.P., na qualidade de Beneficiário Intermediário.

São consideradas despesas elegíveis:

- Aquisição de veículo automóvel elétrico ligeiro com lugar para 5 passageiros, com 4 ou 5 portas dedicados às ECSM, para apoio ao trabalho comunitário, de visitação domiciliária e de articulação com as estruturas comunitárias- uma viatura por equipa

Os procedimentos de aquisição de veículos deverão acautelar a necessidade de cumprimento dos seguintes requisitos previstos no contrato de financiamento estabelecido com a EMRP para o investimento C01-i03:

- Requisitos relativos ao princípio de “não prejudicar significativamente”, em conformidade com o artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho,
- Requisitos relativos às categorias de intervenção definidas no âmbito da Dimensão Verde,

visando aquisição de veículos 100% elétricos, inserindo-se no código de intervenção 074, com um coeficiente para o cálculo de apoio ao objetivo climático de 100%, dando um contributo positivo para a redução da emissão de gases com efeito de estufa de um dos setores com maior peso nestas emissões, contribuindo para mitigar as alterações climáticas.

A gestão das baterias e dos resíduos de baterias deverá ser efetuada de acordo com as regras nacionais aplicáveis, designadamente a sua entrega a um operador de gestão de resíduos autorizados para o efeito. Tratando-se de veículos novos de zero emissões, deverá ser dado cumprimento a todos os requisitos legais aplicáveis na União Europeia, designadamente os relativos à não utilização de chumbo, mercúrio e crómio hexavalente, exceto no que respeita às exceções previstas no anexo II da Diretiva 2000/53/EC do Parlamento Europeu e do Conselho, quando aplicável.

Constituem despesas não elegíveis:

1. As despesas realizadas pelos Beneficiários Finais no âmbito de operações de locação financeira, de arrendamento ou de aluguer de longo prazo não são elegíveis para financiamento;
2. As despesas associadas a procedimentos de contratação pública anteriores a 1 de fevereiro de 2020;
3. Custos normais de funcionamento do Beneficiário Final, não previstos no investimento contratualizado, bem como custos de manutenção e substituição e custos relacionados com atividades de tipo periódico ou contínuo;
4. Pagamentos em numerário, exceto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas, e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 euros;
5. Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante financiado pelo PRR ou das despesas elegíveis da operação;
6. Aquisição de bens em estado de uso;

7. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), recuperável ou não pelo beneficiário final, não obstante o disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, quando aplicável;
8. Juros e encargos financeiros;
9. Fundo de maneiio;
10. Despesas previstas no PRR que tenham sido objeto de financiamento por outros fundos comunitários.

## **5- Condições de atribuição do financiamento**

A taxa de financiamento do investimento é de 100% do valor global elegível, até ao limite máximo indicado no ponto 11. Considera-se valor global elegível a soma dos valores das despesas consideradas elegíveis, excluindo o IVA aplicável, sem prejuízo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho.

Os apoios a conceder revestem a forma de incentivo não reembolsável.

## **6- Condições de operacionalização do investimento**

O investimento abrangido pela presente OT, que se destina ao reforço dos serviços do SNS, não está sujeito ao normal procedimento concorrencial que caracteriza muitos dos investimentos do PRR português. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, que aprova a lei orgânica do Ministério da Saúde, a ACSS, I.P., tem por missão assegurar a gestão dos recursos financeiros e humanos do Ministério da Saúde e do SNS, bem como das instalações e equipamentos do SNS, proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação e planeamento em saúde, nas áreas da sua intervenção, em articulação com as Entidades Públicas Empresariais *supra* referidas, integradas no SNS.

As E. P. E., integradas no SNS, ao abrigo do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, são pessoas coletivas de direito público de natureza empresarial dotadas de

autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial.

Neste sentido, no respeitante à meta i3.04 - Criar equipas comunitárias de saúde mental (ECSM) para adultos, infância e adolescência, identificou-se aquando da elaboração desta medida da Componente 1 do PRR, as referidas E.P.E., como as entidades responsáveis por operacionalizar o referido Investimento no âmbito da respetiva circunscrição territorial, tendo o objetivo dotar as equipas comunitárias de saúde mental, atendendo ao enquadramento previsto no Plano Nacional da Saúde Mental.

A formalização do apoio realiza-se através da assinatura de contrato de financiamento entre a ACSS, I.P. e as mencionadas E.P.E., onde se encontram acauteladas todas as obrigações e responsabilidades das partes conducentes ao cumprimento dos objetivos do investimento.

## **7- Contratualização do apoio com o Beneficiário Final**

Na sequência da publicação da presente OT, é celebrado um contrato de financiamento de concessão do apoio financeiro entre a ACSS e os Beneficiários Finais identificados no ponto 2, em que se estabelecem as obrigações e responsabilidades das partes.

## **8- Metodologia de pagamento do apoio financeiro do Beneficiário Intermediário ao Beneficiário Final**

Os pagamentos aos Beneficiários Finais são efetuados pela ACSS, I.P., com base em pedidos de pagamento apresentados, através do preenchimento de formulário eletrónico disponibilizado para o efeito. Estes pedidos de pagamento serão validados pela ACSS, I.P. após verificação da sua conformidade face aos objetivos mencionados no ponto 1 e às despesas elegíveis mencionadas no ponto 4.

Os pagamentos são processados nas seguintes modalidades:

- 1) A título de adiantamento até ao limite de 13% do valor do apoio previsto no contrato de financiamento;

- 1.1) Em situações de natureza excecional, justificadas pelo cumprimento das condições de fornecimento dos bens e serviços contratados ou de outras condições específicas de execução dos Investimentos, o limite máximo referido na alínea anterior pode ser ultrapassado, mediante proposta devidamente fundamentada apresentada pelo Beneficiário Final à ACSS, I.P. e aprovada pelo Conselho Diretivo;
- 2) A título de reembolso, contra a apresentação de fatura;
- 3) A título de saldo final.

O Beneficiário Final deverá solicitar, após a celebração do contrato de financiamento com a ACSS, I.P., um primeiro pagamento a título de adiantamento através do preenchimento de formulário eletrónico disponibilizado para o efeito. O montante do pagamento a título de adiantamento corresponde até 13% do valor do apoio previsto no contrato *supra* mencionado, sem prejuízo do referido na alínea 1.1. do presente ponto.

Os pagamentos a título de reembolso processam-se da seguinte forma:

- a) No prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido de reembolso, a ACSS, I.P. analisa o pedido de pagamento, delibera e emite a correspondente ordem de pagamento ou comunica os motivos da recusa, salvo quando a ACSS, I.P. solicite esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise, caso em que se suspende aquele prazo;
- b) Se, por motivos não imputáveis ao Beneficiário Final, seja impossível proceder à emissão do pedido de reembolso no prazo fixado na alínea anterior, a ACSS, I.P. emite um pagamento a título de adiantamento;
- c) O pagamento efetuado a título de adiantamento, nos termos da alínea anterior, é convertido em pagamento a título de reembolso, através da validação do correspondente pedido de pagamento em prazo não superior a 60 dias úteis.

Os pagamentos são efetuados até ao limite de 95% do montante da decisão de financiamento, ficando o pagamento do remanescente (5%) condicionado à apresentação por parte do Beneficiário Final, do pedido de pagamento de saldo final e relatório final, confirmando a execução da operação nos termos da presente OT.

A identificação do pedido como final, e da respetiva modalidade, é da responsabilidade do Beneficiário Final, por preenchimento de um campo específico constante do formulário do pedido de pagamento.

Todos os pedidos de pagamento são objeto de verificações administrativas efetuadas pela ACSS, I.P., envolvendo tanto a verificação de aspetos formais como a verificação de documentos de suporte à despesa apresentada.

De forma complementar às verificações administrativas serão realizadas pela ACSS, I.P. verificações no local com base na avaliação de risco e proporcionais face aos riscos identificados. Estas estarão estruturadas da seguinte forma:

- Definição de uma amostra representativa do universo de operações;
- Verificações no local no encerramento de operações com investimentos maioritariamente de natureza corpórea;
- Elaboração do relatório técnico de visita;
- Comunicação dos resultados/conclusões do Relatório ao beneficiário final, estabelecendo, sempre que existam, recomendações e um prazo para regularização das anomalias detetadas;
- Demonstração pelo beneficiário final do cumprimento das recomendações e das medidas adotadas para a correção das anomalias detetadas.

## 9- Reduções e revogações

O pagamento pode ser suspenso até à regularização ou à tomada de decisão decorrente da análise da situação subjacente, com os seguintes fundamentos:

- a) Superveniência ou falta de comprovação de situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, bem como de restituições no âmbito dos financiamentos;
- b) Existência de deficiências no processo comprovativo da execução do investimento, designadamente de natureza contabilística ou técnica;

- c) Não envio, no prazo determinado, de elementos solicitados, salvo se for aceite a justificação que venha, eventualmente, a ser apresentada pelo Beneficiário Final;
- d) Mudança de conta bancária do Beneficiário Final, sem comunicação prévia ao Beneficiário Intermediário;
- e) Superveniência das situações decorrentes de averiguações promovidas por autoridades administrativas sustentadas em factos cuja gravidade indicie ilicitude criminal, envolvendo a utilização indevida dos apoios concedidos.

## **10- Obrigações dos Beneficiários Finais**

Na execução da submedida prevista na presente OT devem ser respeitados, em especial, os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, bem como os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não discriminação, sem prejuízo do que será acautelado pelas entidades no contrato de financiamento entre a ACSS, I.P. e os Beneficiários Finais.

As regras de contratação pública deverão ser integralmente cumpridas na aquisição de bens ou prestação de serviços junto de entidades terceiras.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que criou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, bem como Orientação Técnica n.º 5/2021, de 24 de agosto, emitida pela EMRP, designada por “Guia de Informação e Comunicação para os Beneficiários do PRR”, o Beneficiário Final deve dar cumprimento aos requisitos de informação, comunicação e publicidade relativamente à origem do financiamento.

Devem ainda ser observadas as seguintes obrigações pelos Beneficiários Finais:

- a) Prosseguir os objetivos e prioridades enunciadas no ponto 1, bem como as metas quantitativas enunciadas no ponto 11;
- b) Permitir o acesso aos locais de realização do investimento bem como o acesso a elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da execução;



- c) Respeitar as despesas elegíveis previstas no ponto 4;
- d) Conservar a totalidade dos dados e documentos relativos à realização do investimento, em suporte digital, durante o prazo fixado na legislação nacional e comunitária aplicáveis;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da sua atividade, bem como a sua situação regularizada perante a ACSS, I.P., enquanto Beneficiário Intermediário;
- f) Denunciar ações que já tenham obtido financiamento por outro qualquer tipo de apoio, devendo ser garantida inexistência de sobreposição de financiamentos comunitários e assegurada a devida pista de auditoria que permita identificar a necessária segregação das ações apoiadas por outros financiamentos;
- g) Cumprir os normativos em matéria de contratação pública;
- h) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à realização do projeto;
- i) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria.
- j) Executar as operações nos termos e condições definidos nesta OT até à data limite de 31 de dezembro de 2022.
- k) Permitir o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado;
- l) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- m) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação ou de outorga do contrato, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- n) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;

- o) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- p) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas.

## **11- Dotação do investimento**

A dotação do PRR alocada à presente OT é de 300.000,00€, distribuída pelos Beneficiários Finais, segundo a Administração Regional de Saúde e tipologia de equipa, do seguinte modo:

- Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E. (Equipa comunitária de saúde mental para adultos) – 30.000,00€;
- Centro Hospitalar Médio Tejo, E. P. E. (Equipa comunitária de saúde mental para adultos) – 30.000,00€;
- Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E. P. E. (Equipa comunitária de saúde mental de infância e adolescência) – 30.000,00€;
- Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E. P. E. (Equipa comunitária de saúde mental para adultos) – 30.000,00€;
- Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E. P. E. (Equipa comunitária de saúde mental de infância e adolescência) – 30.000,00€;
- Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E. (Equipa comunitária de saúde mental de infância e adolescência e Equipa comunitária de saúde mental para adultos) – 60.000,00€;
- Hospital Distrital de Santarém, E. P. E. (Equipa comunitária de saúde mental de infância e adolescência) – 30.000,00€;
- Hospital Espírito Santo de Évora, E. P. E. (Equipa comunitária de saúde mental de infância e adolescência) – 30.000,00€;
- Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E. (Equipa comunitária de saúde mental para adultos) – 30.000,00€;



Esta distribuição foi elaborada tendo em conta o [Despacho n.º 2753/2020, de 28 de fevereiro](#), exarado pela Senhora Ministra da Saúde. Será atribuído um apoio financeiro aos Beneficiários Finais identificados anteriormente destinado à aquisição de um veículo elétrico para cada ECSM, exceto o caso do Centro Hospitalar Universitário do Algarve E. P. E. que tendo duas ECSM receberá um apoio financeiro destinado à aquisição de dois veículos elétricos.

## 12- Pontos de contacto para informações e esclarecimentos

A presente OT encontra-se disponível nos seguintes sites: <https://recuperarportugal.gov.pt/candidaturas-prr/> e [http://www.acss.min-saude.pt/category/lista-da-homepage/prr-plano-de-recuperacao-e-resiliencia/#tab\\_componente-1-sns](http://www.acss.min-saude.pt/category/lista-da-homepage/prr-plano-de-recuperacao-e-resiliencia/#tab_componente-1-sns).

A obtenção de informações e o esclarecimento de dúvidas sobre a presente OT são realizados, em exclusivo, pelo contacto com a ACSS, I.P., através do e-mail [prr@acss.min-saude.pt](mailto:prr@acss.min-saude.pt) ou [contacto telefónico 217 925 800](tel:217925800).

Tiago Jorge Gonçalves

Vogal do Conselho Diretivo da ACSS, I.P.

(no uso de competências delegadas pelo ponto iii) da alínea a) do n.º 4 da Deliberação n.º 835/2021, de 9 de agosto, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 153/2021, de 9 de agosto)